

A criação na escrita da história

René E. Gertz¹

PUCRS



RESUMO – Há muito tempo a História luta por um status científico dentro do mundo acadêmico. No século XX, alguns historiadores foram acusados de levar longe demais suas preocupações nesse sentido, adotando uma linguagem muito técnica e até hermética. Isso levou ao surgimento de uma contracorrente que propõe um “retorno à narração”. Dentro desse espírito, analisa-se aqui uma tentativa de escrever uma história “narrativa” que pecou pelo excesso.

Palavras-chave: Historiografia; Historiografia argumentativa; Historiografia narrativa

ABSTRACT – History as an academic field has claimed for a scientific status since ever. Along the 20th Century, historians had been criticized for pushing too hard their aim at to give History a scientific framework by adopting a technical and even a hermetic language. Such a strategy led to the raising of a countertrend which states a sort of “a return to narrative”. In this intellectual context, this essay aims at to analyze a sample of historical narrative which failure lies in its narrative excesses.

Keywords: Historiography; Argumentative historiography; Narrative historiography

O texto historiográfico

A escrita da História vem desde a Antiguidade.² Mas aqui nos interessa unicamente o período que inicia com sua institucionalização como disciplina acadêmica, no século XIX. Todo aquele que possui informações básicas sobre o tema sabe que, como fundador da nova disciplina, costuma ser citado o alemão Leopold von Ranke. De acordo com ele, cabia ao historiador profissional relatar aquilo que realmente aconteceu. A cientificidade da História deveria residir no rigor da pesquisa em torno das fontes, avaliando sua autenticidade e tentando extrair delas seu conteúdo verdadeiro, o qual deveria ser depurado de qualquer romantismo literário. Isso significava que um historiador deveria reconstituir, através da narração, o transcurso dos acontecimentos do passado com absoluta fidelidade. Tratava-se de evitar, a todo custo, a narração

de uma história inventada, idealizada, devendo-se, em contrapartida, pesquisar, de forma rigorosa, e, a partir dos documentos, apresentar com total isenção aquilo que havia sucedido num determinado momento ou período anterior ao presente – para aqueles que conhecem a língua alemã, ficou famosa sua afirmação de que o historiador deveria mostrar “*wie es eigentlich gewesen ist*” (“como realmente foi”). Trata-se de dois de seus postulados básicos: o da crítica das fontes, para estabelecer sua autenticidade, e o da objetividade na reprodução de seu conteúdo.³

Mas, ainda que houvesse, por essa razão, uma grande diferença entre, por exemplo, contar uma história qualquer, fictícia ou literária, e, por outro lado, registrar uma história “verdadeira”, uma história “científica” – pois, no primeiro caso, bastava uma imaginação fértil, e, no segundo, era exigida rigorosa pesquisa documental –, não havia dúvida de que tanto o texto literário quanto o texto historiográfico deveriam apresentar-se como uma narração sequencial de acontecimentos, fictícios ou não, logo, uma construção de textos que em relação a sua *forma* não precisavam distinguir-se, ao menos distinguir-se de maneira fundamental. Poderia dizer-se que podiam pertencer a um mesmo paradigma de texto.

O corolário derivado dessa visão foi que a escrita da História acadêmica deveria constituir, também, um ato de

¹ Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS.

² Texto apresentado numa mesa-redonda nas II Jornadas Internacionais de Crítica Genética, promovidas pela Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 3 de julho de 2009.

³ Especialistas brasileiros continuam recomendando a leitura do artigo de Sérgio Buarque de Holanda sobre “O atual e o inatual em Leopold von Ranke”, reproduzido no volume dedicado ao historiador alemão, na Coleção “Grandes Cientistas Sociais” (São Paulo: Editora Ática, 1979), p. 7-62. Outra apreciação sobre Ranke, disponível em português, é WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 175-202.

criação estética – um terceiro postulado básico da proposta rankeana.⁴ Segundo Ranke, na escrita da História, Arte e Ciência deveriam andar de mãos dadas, pois “elas são diferentes naquilo que tange à sua conceitualização, mas não na sua execução”, já que “a Ciência [histórica] pesquisa aquilo que aconteceu no passado e a Arte configura o acontecido e o apresenta àqueles que vivem no presente”. E, com isso, a História, naquilo que tange à sua representação, estaria intimamente relacionada à Literatura, “pois sua tarefa consiste em mostrar como os fatos aconteceram, como as pessoas se apresentavam, e, assim, preservar a memória a seu respeito para todo o sempre”.⁵

Dentro dessa tradição iniciada por Ranke, cabe destacar que a segunda edição do Prêmio Nobel de Literatura homenageou o historiador alemão Theodor Mommsen, em 1902, pela sua obra *História de Roma*. Ainda que a concessão do prêmio tivesse gerado controvérsias, não há dúvida de que ela sinalizava que se enxergava na escrita dessa história uma criação de caráter literário, e isso tanto em relação à elaboração do texto em si, quanto em relação à forma em que o tema foi apresentado – uma sequência encadeada de fatos, uma narração.

Após a Segunda Guerra Mundial, começou a conquistar cada vez maior espaço um outro paradigma historiográfico, que se caracterizou não tanto pela *narração*, mas, muito mais, pela *argumentação*. Significava que a sequência encadeada de fatos não era mais central, a sucessão cronológica não era mais fundamental, e até o registro da passagem do tempo não era imprescindível – uma narrativa muito apegada à cronologia, muitas vezes, até podia receber a qualificação pejorativa de “positivista”. Agora, importava, sobretudo, mostrar *relações causais*, as estruturas dentro das quais os acontecimentos históricos se localizavam e os processos sociais, políticos, culturais, religiosos, mentais dentro dos quais os agentes históricos se situavam e agiam. Daí a substituição da *narração* pela *argumentação*. Isso significava incluir elaborações teóricas no texto, elucubrações abstratas e, muitas vezes, também dados numéricos, na forma de tabelas, quadros e gráficos. Muitas vezes, significava, ainda, retirar pessoas de carne e osso do centro dos textos historiográficos, para substituí-las por abstrações como classes sociais, partidos políticos, instituições culturais.

Não significa que tudo isso não pudesse ser feito através de uma linguagem literariamente fluente, elegante, mas, certamente, era mais difícil torná-la tão atraente quanto nas narrações sequenciais anteriores. E, assim, as preocupações estéticas deixaram de ser tematizadas entre os historiadores. Preocupações estéticas, em textos sobre o passado, às vezes, até passaram a ser vistas por

alguns como instrumento de ativação ou de preservação de identidades, e isso resultou em manifestações críticas no sentido de que uma História que se preocupava em narrar, de forma linear e com excesso de cuidados formais em relação ao texto, a vida de um povo podia conter elementos destinados a preservar o *status quo*. Poderia representar o ingresso do romantismo literário na historiografia, pela porta dos fundos. A História Social “argumentativa” posterior à Segunda Guerra Mundial, em contrapartida, quis ser, justamente, um instrumento de transformação social, política e cultural – daí a tentativa de desencantamento, naquilo que tangia ao conteúdo, e de certo desleixo com a estetização, naquilo que tangia à forma do texto.

Mais para o final da segunda metade do século XX, essa forma de escrever História, porém, começou a ser contestada, a partir de vários argumentos, entre os quais o de que ela, sim, teria funções psicossociais, como a de fomentar e consolidar a identidade de grupos, de regiões ou de nações, de resgatar a subjetividade, a humanidade, a autoestima de pessoas e de grupos. E, para cumprir essa função, deveria atingir um público maior, abandonando o caráter, muitas vezes, hermético que caracterizava grande parte dos textos da História acadêmica “argumentativa”. A pressão por uma mudança foi tão persistente que muitos historiadores da escola que se dedicava ao estudo das estruturas e dos processos subjacentes à passagem dos seres humanos sobre a terra, resolveram ceder, no sentido de admitir que se poderia tentar evidenciá-los não através de abstrações teóricas, de conceitos, de argumentos abstratos, de números, mas, novamente, através de relatos sequenciais de acontecimentos envolvendo indivíduos ou grupos.⁶

Admitiu-se a possibilidade de procurar evidenciar estruturas e processos através da narração de fatos que os tornassem palpáveis, em substituição à argumentação abstrata. Um dos mais destacados historiadores sociais da Alemanha, Jürgen Kocka, admitiu que sua escola historiográfica havia feito da análise e do desvendamento das estruturas e dos processos históricos seu principal campo de batalha, defendendo uma linguagem essencialmente analítica, a qual – na opinião dos defensores

⁴ Um quarto postulado está na defesa do primado da história das relações políticas externas das nações.

⁵ HARDTWIG, Wolfgang. Historismus als ästhetische Geschichtsschreibung: Leopold von Ranke. *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen, v. 23, n. 1, p. 99-114, 1997. A citação está na p. 103. Ao tratar do “estilo na História”, Peter Gay escreveu que “em mais de sessenta anos de incansável escrevinhação e em mais de sessenta obras, Ranke mostrou os dons que normalmente associamos a novelistas ou dramaturgos: velocidade, colorido, variedade, originalidade na enunciação e um soberbo controle” (GAY, Peter. *O estilo na História*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 63-93; a citação está na p. 66).

⁶ GERTZ, René E. Como é possível continuar escrevendo história política? *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 13, n. 23/24, p. 105-131, 2006.

do “retorno à narração” –, com frequência, espantaria até leitores acadêmicos, mas, sobretudo, afastaria um público leigo, os cidadãos comuns, que, em última análise, deveriam ser – também – beneficiários da produção historiográfica universitária. Kocka admitiu excessos dentro de sua orientação historiográfica, mas não cedeu em pontos básicos, pois “estruturas e processos ‘penetram’ em ações e em acontecimentos, os influenciam e se manifestam neles, *mesmo que não em sua totalidade e não sem rupturas*”. Mas se mostrou disposto a concessões: “Pode-se... tentar fazer um esforço maior do que até agora para fazer a exposição das estruturas e dos processos através dos acontecimentos e das pessoas, e, nesta medida, narrá-los”.⁷

Isso significava, concretamente, que se poderia tentar mostrar a estrutura assimétrica entre um burguês e um proletário, por exemplo, através da narração de fatos do cotidiano de ambos. Não havia necessidade de abandonar referências ao saldo bancário de cada um, à metragem das suas residências, à expectativa de vida, mas deveriam ser abandonadas, por exemplo, referências a entidades abstratas como poder político, estratificação social, status cultural.

Ainda que adepto de uma historiografia em que estruturas e processos possuem um lugar central, não vejo problema na proposta de tentar voltar a uma valorização da narração como forma de transmitir conteúdos de História. E até aderi a uma experiência nesse sentido. No restante deste texto, vou tentar tecer algumas considerações sobre essa experiência.

A valorização de formas narrativas esteticamente bem elaboradas traz consigo outro aspecto: o da construção da própria pesquisa. Na historiografia social, as motivações para a investigação, em geral, derivavam de considerações abstratas, de elaborações teóricas. Eram conjecturas conceituais e preocupações com estruturas e processos gerais (e não individualizantes) que levavam os historiadores sociais “argumentativos” a escolher um objeto de estudo específico, para testar hipóteses derivadas de teorias mais gerais. Com o “retorno à narração”, a própria escolha do tema, a elaboração e a execução da pesquisa passaram a percorrer um caminho um pouco diferente. Abriu-se maior espaço para que a escolha do tema e a seleção das fontes fossem mais criativas, mais pessoais, enfim que elas tivessem um caráter mais “estético”. Nesse sentido, um texto recente de uma historiadora alemã representativa da Nova História Cultural diz o seguinte: “Não que as questões de procedimento científico não merecessem atenção, mas porque a pretensão de legitimar resultados de pesquisa por meio de um determinado procedimento científico, mais do que o próprio resultado consegue fazê-lo, goza hoje de pouca credibilidade”.⁸

Uma tentativa de inovação

Durante uma estada no Arquivo da Igreja Evangélica Alemã, em Berlim, encontrei um dossiê sobre a Firma Rotermund, de São Leopoldo, produzido na década de 1920. Para que o leitor não-familiarizado entenda essa história, é necessário retroceder no tempo, para informar que junto com os primeiros imigrantes alemães que vieram ao Rio Grande do Sul, em 1824, havia pastores protestantes. No decorrer do século XIX, a vinda de pastores alemães se intensificou, e, em 1886, um deles, o pastor Wilhelm Rotermund, criou o Sínodo Rio-Grandense, que, até meados do século XX, congregou a maioria dos luteranos gaúchos, em uma organização eclesiástica que matinha estreitas relações com a Igreja Evangélica Alemã, da qual vinha a quase totalidade dos pastores. A ação do pastor Rotermund não se restringiu à fundação do Sínodo e à criação e reunião de comunidades, ele criou, também, um jornal político para defender sua causa, a *Deutsche Post*, um almanaque, que depois da Primeira Guerra Mundial chegou a circular com 30.000 exemplares anuais, e publicou uma quantidade enorme de material escolar, que abasteceu escolas não só do Rio Grande do Sul; além disso, editou material litúrgico para uso nas comunidades religiosas e, ainda, literatura mundana. Tudo isso acontecia por meio da Firma Rotermund, com grande potencial gráfico – para a época – comercial, intelectual, e também político.

Se a firma existe até hoje, com atividade no campo gráfico, confeccionando agendas que gozam de alguma tradição entre o público brasileiro, o jornal entrou em profunda crise de sustentação econômica, na década de 1920. E é sobre essa crise que trata o citado dossiê por mim localizado no arquivo alemão. Não se sabe se essa crise se tornou conhecida entre um público brasileiro mais amplo, ou se aconteceu uma coincidência, mas, em 28 de setembro de 1928, esse jornal político⁹ foi empastelado¹⁰, desaparecendo para sempre (ainda que a firma sobrevivesse e seu almanaque – como acaba de ser dito – continuasse, por muitos anos, com sua trajetória bem-sucedida de colocar dezenas de milhares de exemplares anuais no mercado brasileiro).

⁷ KOCKA, Jürgen. Um retorno à narração? *História: questões e debates*, Curitiba, v. 13, n. 24, p. 56-77, 1996. As citações estão nas p. 70-71.

⁸ DANIEL, Ute. História Cultural. In: GERTZ, René E.; CORREA, Sílvia Marcus de S. (Orgs.). *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Passo Fundo/Santa Cruz do Sul: Editora da UPF/Editora da UNISC, 2007, p. 44-74. A citação está na p. 72.

⁹ Destaca-se aqui a expressão “jornal político”, porque, efetivamente, não se tratava de um jornal de caráter religioso, ainda que ele se referisse a assuntos religiosos e editasse encartes específicos para a atividade eclesiástica.

¹⁰ “Empastelar” é um termo clássico que significa “destruir as oficinas de (um jornal), em geral por motivos políticos ou pessoais”.

A maior parte do dossiê encontrado na Alemanha apresentava dados financeiros, administrativos, familiares, doutrinários, religiosos sobre a Firma Rotermund, importantes nas negociações – que se estenderam por vários anos – para que a Igreja Evangélica Alemã prestasse ajuda financeira, a fim de viabilizar a continuidade do jornal. Os documentos apresentavam material extenso para uma história da empresa e sobre o próprio luteranismo no Rio Grande do Sul. Tratava-se, porém, de informações sobre uma história de interesse relativamente restrito. Mas o dossiê também apresentava algumas informações, ainda que escassas, sobre o final dessa história, sobre o episódio do empastelamento do jornal. Havia referências breves a uma polêmica desencadeada no Brasil em torno da morte de um avião italiano, falava-se de organizações juvenis católicas e de estudantes de Direito vindos de Porto Alegre que teriam promovido o empastelamento, citavam-se conflitos envolvendo médicos estrangeiros neste Estado, conflitos políticos decorrentes do processo de emancipação de Novo Hamburgo, que fora distrito de São Leopoldo, até 1927, município em que se localizava a Firma Rotermund. Tudo isso sugeria que essa história abria perspectivas para uma abordagem mais ampla. Não estava em jogo apenas o “espaço” protestante intramuros do estado, eventualmente a realidade política municipal de São Leopoldo, mas algo mais abrangente. Talvez fosse possível desenhar, a partir de pesquisas complementares, um quadro mais geral da realidade política, religiosa, social, cultural, intelectual do Rio Grande do Sul e do próprio Brasil, no período.

Assim como os arqueólogos costumam fazer um trabalho de prospecção para testar se debaixo do solo de determinado lugar há indícios da existência de informações para traçar um quadro dos grupos humanos que, em algum momento do passado, ocuparam aquele espaço, os historiadores também podem recorrer a pesquisas “prospectivas” para colher ao menos indícios sobre as perspectivas de encontrar material. No presente caso, quase todas as fontes consultadas apontavam para a existência de material sobre todos os assuntos referidos no dossiê. Divisei aí a possibilidade de escrever uma história sobre “política, etnia e religião” no Rio Grande do Sul, nos anos 1920. E aquele material que eu havia trazido da Alemanha na expectativa de escrever não mais que um breve artigo para uma revista ou, no máximo, um capítulo de livro se mostrou suficientemente rico como base para um livro inteiro.

Claro, nem sempre as coisas estavam claramente escancaradas nas fontes. O historiador – além do imprescindível suor –, às vezes, precisa contar com o fator sorte. Permito-me antecipar um episódio que mostra isso. Enquanto eu estudava o contexto político da década de 1920 em São Leopoldo, durante o governo municipal

de João Corrêa Ferreira da Silva (1924-1928), notava fortes indícios de que ele estava politicamente associado a grupos luteranos e, por tabela, à própria Firma Rotermund, tema central da documentação em que eu estava pesquisando. Com esse sobrenome, no entanto, não havia como imaginar que ele proviesse de uma tradição familiar luterana. E as razões dessa possível associação de um católico com luteranos não se encontravam, com facilidade, nas fontes escritas. Foi nesse contexto que a sorte se mostrou condescendente. Era julho, e um jornal de Porto Alegre fez um conjunto de reportagens sobre São Leopoldo, em decorrência dos festejos do dia 25 de julho, data que rememora a chegada dos primeiros imigrantes alemães ao município. Em uma das matérias, uma senhora entrevistada se identificou como neta de João Corrêa. Com essa pista, procurei saber junto a colegas de São Leopoldo quem era aquela senhora. Identificaram-na como mãe de uma colega que escrevera uma tese de doutorado sobre os *Mucker*, pessoa que eu conhecia.

Um contato com essa colega desvendou o mistério. Ela confirmou ser bisneta “ilegítima” de João Corrêa, e relatou que ele estava legalmente casado com a católica Luíza Burmeister, com quem tivera vários filhos. Mas, em um baile a que compareceu sozinho, em torno de 1900, conheceu a luterana Bertha Hoffmann, estabelecendo-se uma relação duradoura, que resultou em mais vários novos filhos para Corrêa, e a transformou em “primeira-dama do município”, durante seu governo. Como Bertha e toda a sua família eram luteranos militantes, explica-se a proximidade do político a esse grupo confessional. Claro, isso não explica tudo. Podem ter existido outros fatores até mais determinantes, mas esse fator, com certeza, não pode ser ignorado.

Mas voltemos àqueles aspectos do contexto que eram facilmente encontráveis nas fontes! Fui aos jornais, e encontrei matérias de página inteira sobre um acidente ocorrido com dois aviadores italianos que haviam atravessado o Oceano Atlântico, em vôo direto até o Brasil, no mês de julho de 1928. A morte de um deles havia causado grande comoção em todo o país, mas também críticas à exploração do episódio, tanto por parte do governo fascista italiano quanto por parte de simpatizantes aqui no Brasil. Isso gerara um clima de confronto, em São Paulo, e levava ao empastelamento de um jornal em língua italiana naquela cidade. Com isso, estava descrito o contexto em que apareceu um comentário do jornal de São Leopoldo sobre esse empastelamento, e definido um dos fatores do ataque ao próprio.

Uma busca nos jornais eclesiásticos católicos de Porto Alegre revelou abundante material sobre uma União de Moços Católicos, criada e organizada pelo arcebispo D. João Becker, desde o início da década de 1920. Foi possível rastrear a ação dessa entidade e sua

expansão, no decorrer dos anos. E, a partir dali, foi fácil obter um quadro mais geral sobre as relações entre as diferentes confissões religiosas, no Rio Grande do Sul. Assim, pôde-se traçar um quadro do clima religioso no estado, com confrontos crescentes entre católicos e outras confissões, confrontos que, em geral, ainda envolviam pessoas de campos não propriamente religiosos, mas que defendiam a liberdade de consciência. Estava definida outra variável importante para explicar o envolvimento de jovens militantes católicos na investida contra o jornal de São Leopoldo.

Houve vários aspectos em que não bastou abrir os jornais para constatar, de forma direta, a presença de determinada temática ou a explicação de certos comportamentos. Nesse sentido, havia informações de que teriam sido estudantes de Direito de Porto Alegre que teriam organizado a caravana que foi participar dos protestos contra o jornal de língua alemã editado por luteranos. A explicação para essa participação não estava em jornais nem em documentos de arquivo. E não sei se a encontrei, mas penso ao menos ter apresentado uma explicação “plausível”. Não havia muitas pistas. Por isso, simplesmente comecei a juntar informações sobre a história das três escolas de ensino superior que havia, na época, em Porto Alegre: Engenharia, Medicina e Direito.

Minha busca de informações sobre essas instituições, naturalmente, não se dava a esmo. Como me interessava explicar o ataque a um jornal em língua “alemã” confessionalmente “luterano”, meu foco de interesse estava centrado na possibilidade de detectar diferenças na presença e na influência alemã e luterana nas três instituições. Claro, eu corria o risco de descobrir que não havia indícios de diferença alguma, caso em que essa tentativa de explicação cairia por terra – e minha pesquisa teria representado perda de tempo. Mas a primeira fonte consultada sobre a Escola de Engenharia me deu algum ânimo. Comecei consultando os anais dos festejos dos seus 75 anos – no início da década de 1970 – e vi que na programação oficial aconteceu um ato religioso ecumênico oficiado por um padre “católico” e um pastor “luterano”. Além disso, verifiquei que em um discurso de um representante dos ex-alunos havia citações em alemão, sem tradução. Isso sugeria que – ao menos na cabeça do orador – uma parte significativa deles dominava essa língua, pois, do contrário, ele teria se preocupado em traduzir tais citações para o português.

A partir dessa descoberta inicial, o recurso a outras fontes sobre essa escola mostrou que ela havia sido concebida como uma escola técnica alemã, que a influência de professores de sobrenome alemão era muito significativa (contei mais de 80, nos primeiros 30 anos), sendo muitos deles luteranos, que sempre se mantivera

um intenso intercâmbio acadêmico com a Alemanha, que seu eterno presidente, o deputado João Simplício Alves de Carvalho era um dos mais destacados “germanófilos” de Porto Alegre. Por tudo isso, parecia plausível que entre seus estudantes houvesse poucos dispostos a ir a São Leopoldo para destruir um jornal de língua alemã e luterano.

Na Faculdade de Medicina, não se encontravam tantos professores de sobrenome alemão quanto na Escola de Engenharia, mas eles também estavam presentes. Um médico que foi presidente da Comunidade Evangélica luterana, de Porto Alegre de 1914 a 1938, Frederico Falk, inclusive exercera certo papel de destaque, pois fora vice-diretor, chegando a exercer, interinamente, a direção. Naquilo que tange aos estudantes, foi nesta faculdade que, até 1930, se encontrava o maior percentual de sobrenomes alemães, quase 20%.

Finalmente, na Faculdade de Direito, encontrava-se disparado o menor percentual de estudantes com sobrenome alemão – menos de 10%. Além disso, o número de professores com sobrenomes da mesma origem era pequeno e, ainda, segundo pesquisadores que escreveram sobre essa instituição, nos anos 1920, houve uma investida muito forte de setores católicos para firmar pé na mesma, investida comandada pelo padre jesuíta alemão Werner von und zur Mühlen. Nesse sentido, um escrito sobre a história da faculdade informava que, nos anos 1920, se encontrava ali “a perene pregação do notável padre Werner, nas aulas do admirável irmão Weibert...”. Outro historiador escreveu que um “grupo de católicos ... se adonaram [*sic*] da positivista Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre”.¹¹

Tudo isso eram, no mínimo, indícios sobre as razões que teriam levado estudantes de Direito – e não de Engenharia e/ou de Medicina – a se deslocar a São Leopoldo e ajudar na destruição de um jornal em língua alemã ligado aos luteranos.

As avaliações da situação política em São Leopoldo, na década de 1920, apontavam para a já citada aliança de João Corrêa com luteranos locais, e, por tabela, com os membros da família Rotermund. Em um passo adiante, a campanha de emancipação de Novo Hamburgo, que transcorreu exatamente no período de governo de Corrêa, e que terminara em 1927, com a criação do novo município, pelo governador Borges de Medeiros, num episódio político dramático – essa campanha mostrou que, se as motivações não eram exclusivamente religiosas, mas, sim, basicamente, políticas e administrativas, a religião não deixou de exercer algum papel. Sem entrar

¹¹ Respectivamente, BRAGA, André. *Faculdade de Direito de Porto Alegre: subsídios para sua história*. Porto Alegre: Faculdade de Direito, 1975 (manuscrito datilografado), v. I, p. 2; BONI, Luis Alberto De (org.). *Armando Câmara: obras escolhidas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 11.

em detalhes, basta dizer que os principais líderes do movimento emancipacionista novo-hamburgês eram católicos militantes.

As informações sobre o empastelamento do jornal dos Rotermund indicavam que não se tratava, exclusivamente, de uma questão religiosa, confessional, mas que fatores étnicos também estavam em jogo. Significava que o jornal não havia sido destruído só pelo fato de estar ligado ao luteranismo gaúcho, mas também por ser redigido em língua alemã e defender o direito de existência de uma cultura alemã, no estado. Como eu havia escrito, em 1991, um pequeno livro intitulado *O perigo alemão*, no qual constataria intensa prevenção contra a presença do “germanismo” no período que vai do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, e que se fizera presente, novamente, a partir da década de 1930, resolvi investir algum tempo na localização de fontes na década de 1920 sobre esse tema, na década de 1920. Minha pressuposição sempre fora a de que nos anos 1920 a Alemanha estava política, militar e economicamente arrasada, e que, em consequência, não fazia sentido falar de “perigo alemão”, no Brasil. Mas constatei que, de fato, as referências negativas à presença de população de origem alemã não deixaram de existir, no período.

Diante desse quadro, ainda resolvi verificar a inserção das assim chamadas “colônias alemãs” gaúchas, no contexto político-cultural do Estado, na referida década. Nesse campo, constatei uma clara “ascensão” política das mesmas. Essa “ascensão” derivou da dissipação das consequências negativas das perseguições ocorridas durante a Primeira Guerra e, sobretudo, da conscientização, por parte das lideranças das mesmas, de que o Pacto de Pedras Altas, resultante da revolução de 1923, contra o governador Borges de Medeiros, impusera uma derrota ao governo, abrindo a possibilidade de o rígido controle político exercido até então sobre essas regiões – com a imposição de administradores externos às mesmas – e viabilizam o aparecimento de prefeitos locais e de sobrenome alemão. Essa realidade se manifestara nas eleições municipais de 1924, mas transformou-se em fenômeno explícito nas eleições de 1928, transcorridas algumas semanas antes do empastelamento do jornal. As incisivas demandas políticas das regiões de colonização alemã apareciam, portanto, como mais um fator explicativo para a investida contra um jornal político-confessional que durante toda a sua história havia defendido os interesses dessas regiões.

Inovação equivocada

O conjunto dessas informações indicava que o material de arquivo trazido da Alemanha para, eventualmente, servir de base para um artigo sobre a crise enfrentada por um jornal confessional interiorano, em língua alemã,

poderia render mais que isso, e até servir de base para a elaboração de um quadro da realidade política, cultural, étnica e religiosa do Rio Grande do Sul, na década de 1920. Daí a decisão de escrever um livro. Todas as peças do quebra-cabeça que confluía no episódio da noite de 28 de setembro de 1928 – quando parte da população de São Leopoldo, mais estudantes vindos de Porto Alegre quebraram as instalações da *Deutsche Post* – estavam disponíveis, e muito claramente alinhadas, ao menos na cabeça do autor. Ainda que venha a ser repetitivo na apresentação de fatos, essa estrutura lógica era a seguinte (já com a numeração dos capítulos do livro):

1. Eu tinha informações bastante extensas sobre a aventura dos dois aviadores italianos que, em julho, haviam atravessado o Atlântico, do acidente que sofreram, da agonia e morte de um deles, da comoção nacional, no Brasil e na Itália, em decorrência dessa morte, das críticas feitas por uma escritora paulista à comoção, da reação de um jornal de língua italiana em São Paulo a essas críticas, e de seu consequente empastelamento.
2. Eu tinha uma história bastante completa da atividade do pastor Wilhelm Rotermund, desde que viera ao Brasil, no início dos anos 1870, e da obra que desenvolvera no Rio Grande do Sul, incluindo sua atividade política, religiosa, educacional, através de sua firma editora e de seu jornal, que, desde o início da década de 1920, enfrentava uma crise econômica, e que vai comentar, em editorial, o empastelamento do jornal paulista.
3. Meus estudos do início da década de 1990 sobre a Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã serviram, agora, de ponto de partida para traçar um quadro do envolvimento político dessas regiões no período que vai até 1930. Foi possível mostrar com bastante consistência a política de Borges de Medeiros em controlar essas regiões, por meio da presença de administradores externos, de prefeitos que, em geral, não tinham sobrenomes alemães e não eram moradores tradicionais das mesmas. Essa situação, porém, mudou claramente a partir de 1924, quando se impôs a Borges o acordo que impediu sua própria reeleição e a dos prefeitos. Diante desse golpe, a “colônia alemã” passou a reivindicar o direito de ter prefeitos que representassem a população local. O fato de que em 1924 foram comemorados os 100 anos da presença alemã no Rio Grande do Sul reforçava essa demanda. Assim, a chamada “colônia alemã”, portanto, se apresentava, por essa época, bastante reivindicativa.
4. Do ponto de vista religioso, as fontes ofereceram abundante material sobre a presença de D. João

Becker como arcebispo de Porto Alegre, desde 1912, e sobre seus esforços para firmar o catolicismo no Estado, em consonância com uma política nacional do catolicismo brasileiro, desde, no mínimo, a Primeira Guerra Mundial. E toda essa política havia culminado, na década de 1920, na fundação da muito militante organização juvenil denominada União de Moços Católicos. Em contrapartida, as confissões religiosas não-católicas e também outros grupos defensores do caráter laico do Estado brasileiro não perdiam oportunidade para marcar suas posições, com o que, do ponto de vista religioso, a década de 1920 se mostrasse relativamente tensa.

5. Como já foi destacado, um levantamento – ainda que pouco sistemático – mostrou que as reservas de parte significativa da opinião pública brasileira e gaúcha contra a presença de alemães e descendentes no país não cessaram durante os anos 1920. Além de simples referências ao caráter supostamente pouco brasileiro dessas populações, ocorreram, inclusive, casos de conflito em alto nível, situação simbolizada numa longa polêmica – que teve lances de desafio para duelo – ocorrida em jornais do Rio Grande do Sul, quando um médico alemão, que se estabelecera no Estado, no início dos anos 1890 teceu críticas ao sistema sanitário gaúcho. A polêmica desembocou em críticas muito agressivas pela intromissão de um “estrangeiro” em assuntos “nacionais”. Isso mostrava que a velha ideologia do “perigo alemão” estava bastante ativa.
6. Não há necessidade de repetir aqui as referências já feitas sobre as informações que havia nos anais das três escolas de ensino superior de Porto Alegre a respeito da presença diferenciada de professores e alunos de origem alemã – com uma relativa escassez de representantes alemães e luteranos na Faculdade de Direito.
7. Havia ainda a citada abundância de informações sobre a história política do município de São Leopoldo, onde, provavelmente, a variável religiosa sempre exercera papel mais importante que a variável étnica. Ao contrário da maioria dos demais municípios de colonização alemã, aquele registrara, no decorrer de sua história, uma presença mais frequente de prefeitos de sobrenome alemão e de origem local. Em contrapartida, notava-se certo predomínio político dos luteranos em todo o período republicano que vai de 1889 a 1930. Tudo isso culminou no já referido governo de João Corrêa, de 1924 a 1928.

E foi dentro desse período e desse contexto que se intensificou uma antiga demanda do distrito de

Novo Hamburgo para emancipar-se – movimento que culminou com a criação do novo município, em 1927. O período posterior à emancipação registrou uma série de incidentes entre o novo município e o município-mãe. Como o empastelamento da *Deutsche Post* se deu um ano e cinco meses depois da emancipação, não havia razão para não atribuir algum peso a esse passado recente na explicação do episódio contra o jornal.

Para mim, ficou claro que eu estava diante de uma história em que poderia retomar ideais dos primórdios da instituição da Ciência histórica como disciplina com status acadêmico, lá no século XIX. Essa história poderia receber um tratamento esteticamente interessante. Resolvi montar um livro na exata sequência em que acabo de relatar os fatos. Resolvi também dar-lhe um título “literário”. Considerando que no primeiro capítulo aparece a história do “aviador” italiano que morreu em decorrência de um acidente, e que no dia posterior ao empastelamento do jornal leopoldense um “carroceiro” da firma Rotermund tivesse sido vítima – ainda que não fatal – de um tiro, optei pelo título *O aviador e o carroceiro*. Mas para sinalizar que não se tratava de um romance, resolvi colocar um subtítulo mais “científico”: “política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920”.¹²

Infelizmente, minhas preocupações “estéticas” foram longe demais, e minha criação literária em um trabalho de História ultrapassou os limites razoáveis. Eu imaginei que, da mesma forma como a história que contei, seu encadeamento e suas conexões estavam muito claros para mim, também o estariam para os leitores. Essa confiança chegou ao ponto de eu não ter escrito qualquer tipo de introdução nem de conclusão, em todo o livro não há qualquer frase explicativa e, mais, nem coloquei títulos nos capítulos, numerando-os, simplesmente, com algarismos romanos.

O resultado da minha ousadia foi o total fracasso editorial da obra. Nos aproximadamente sete anos em que está no mercado, não deve ter vendido muito mais de uma dúzia de exemplares. Hoje, dou-me conta de que a forma “literária” que tentei dar ao livro não estava errada em si, mas que eu exagerei na minha expectativa sobre a capacidade dos leitores. Na forma em que o livro foi escrito, os leitores não conseguem seguir sua lógica, e interrompem a leitura por não conseguirem estabelecer uma sequência nas histórias que são narradas a cada capítulo do livro, já que há bruscas alternâncias temáticas, com uma aparente falta total de continuidade ou relação, entre um capítulo e outro. Em nenhum momento, faço qualquer

¹² GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro*: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

referência indicando que determinado personagem, por exemplo, tem a ver ou é aquele citado em algum contexto anterior.¹³ Vejo agora que esse problema poderia ter sido resolvido, ao menos em parte, de duas maneiras: poderia ter escrito uma introdução explicando a lógica da estrutura do texto, ou poderia ter colocado o nono capítulo – no qual relato o episódio do empastelamento do jornal – no início. Talvez, assim, os leitores teriam

entendido que os demais capítulos constituem preliminares imprescindíveis para o entendimento desse episódio. E era isso que o livro “pretendia” mostrar. Infelizmente, as preocupações excessivas com a forma resultaram em uma limitação dos objetivos.

Recebido: 24 de setembro de 2010
Aprovado: 30 de setembro de 2010
Contato: gertz@puccs.br

¹³ Uma longa resenha de Sílvio Marcus de Souza Correa reflete os dilemas de um leitor acadêmico, de um historiador profissional (*Metis*, Caxias do Sul, v. 1, n. 2, p. 307-312, 2002).